

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Major Group LGBT

Relatório do Projeto Temático Fapesp *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

À época da ECO-92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento o movimento gay iniciou sua institucionalização via terceiro setor (ong's), partidos políticos, associações, aos poucos deixaram as efervescências e voltaram-se ao Estado com suas reivindicações de direitos e inclusões.

Em 1992 alguns ativistas gays estiveram presentes na ECO-92, no entanto, suas participações e manifestações não foram tão presentes quanto na Rio +20.

Na Rio +20, gays e lésbicas representantes e representados pela ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, entidade reconhecida com status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, lançaram o *Manifesto LGBT na Rio +20* intitulado “Ato: Intolerância não se sustenta”, mais o vídeo-convite que circulou pelas redes sociais: “Por um mundo sustentável e inclusivo, sem discriminação e violência”.

Para tanto, conclamaram outros movimentos como o Fórum de Grupos LGBT do Rio de Janeiro, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro, associações, entidades, comunidades, sindicatos e partidos políticos para realizar o “Ato Unificado pela liberdade religiosa, combate à intolerância e violação dos direitos humanos”, em 17 de junho na Praia de Ipanema.

Segundo os organizadores da manifestação¹, a caminhada contou com cerca de 500 pessoas. Os manifestantes questionaram a intolerância que prevalece em muitos países, países membros da ONU que tratam os homossexuais como *criminosos*, países que punem a homossexualidade com pena de morte, como o Irã, que teria matado mais de 4.000 gays e lésbicas, prendido e torturado outros

¹ Os organizadores foram lideranças partidárias do PSB e PT, e a ABGLT.

tantos. Enfatizou-se que 30 países reconhecem a união homoafetiva, 10 o casamento igualitário, 57 tem legislações que protegem a população LGBT.²

Lembrou também das conquistas no Brasil, Argentina e Estados Unidos. Por último, reivindicaram a todos os países membros da ONU a seguir as recomendações feitas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no que se refere à coibição de discriminação e violência por orientação sexual e de gênero.

No que se refere às mulheres e feministas lésbicas, estas se articularam ora com os ativistas gays, ora com mulheres e feministas de diferentes segmentos em passeatas e manifestações específicas, como a convocação no dia 18 de junho para a *Passeata e Ato Conjunto das Mulheres*, que, além de reivindicar “todas as mulheres na rua pelo direito e justiça socioambiental”, reivindicaram também “por um mundo sem desigualdades, sem sexismo, sem racismo e sem lesbofobia!”.³

Ativistas mulheres bissexuais e lésbicas protestaram no Território Global das Mulheres da Cúpula dos Povos, contra o retrocesso do texto final no que se refere aos “direitos sexuais e reprodutivos”, à “saúde sexual” e “planejamento familiar”, tendo em vista o que consideram uma *ameaça* ao direito de gravidez de mulheres bissexuais, e o direito de constituição familiar e gravidez de lésbicas via inseminação artificial.

² Os dados da ABGLT sobre os países membros da ONU no que tange a legislação e direitos dos homossexuais foram fornecidos pela ILGA – International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association.

³ Fonte: <http://www.equit.org.br/rio20/rio20atividades.htm>